



ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO RPPS DE GUARATUBA

Aos 15 dias do mês de setembro de 2026, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos da Previdência Social dos Servidores Municipais de Guaratuba – GUARAPREV, Emerson Machado, Eurides Moro e Matheus Zimmermann Freitas, contando ainda com a participação do Consultor de Valores Mobiliários Pery de Oliveira Neto, para análise do cenário econômico, avaliação dos resultados da carteira de investimentos referente ao mês de agosto de 2026, discussão da estratégia de alocação dos recursos, acompanhamento do Plano de Contingência e apreciação do Parecer Técnico do Comitê de Investimentos relativo à mesma competência. Inicialmente, foi apresentado o cenário econômico do período. No ambiente internacional, destacou-se que a economia norte-americana permaneceu resiliente, com consumo das famílias ainda firme e mercado de trabalho relativamente sólido, enquanto os núcleos de inflação permaneceram acima da meta do Federal Reserve, mantendo elevada a cautela na condução da política monetária. No Brasil, foram observados sinais mais claros de desaceleração da atividade econômica, especialmente em razão dos efeitos acumulados da política monetária restritiva sobre o crédito, ao mesmo tempo em que a inflação de curto prazo apresentou comportamento mais favorável. Nesse contexto, permaneceu a perspectiva de continuidade gradual do processo de redução dos juros pelo Banco Central, condicionada à evolução da atividade, do câmbio, das expectativas inflacionárias e da situação fiscal. Foi ressaltado que, apesar da perspectiva de flexibilização monetária, o nível ainda elevado das taxas de juros continua favorecendo estratégias de renda fixa, particularmente posições vinculadas ao CDI, de menor volatilidade e elevada liquidez. Na sequência, procedeu-se à análise da carteira de investimentos do GUARAPREV. Em 31 de agosto de 2026, os recursos considerados para fins dos limites da Resolução CMN nº 5.272/2025 totalizavam R\$ 123.367.386,17, sendo R\$ 123.167.419,11, equivalentes a 99,84%, alocados em renda fixa, e R\$ 199.967,06, correspondentes a 0,16%, em fundos estruturados. Somadas as disponibilidades financeiras de R\$ 352.314,87, o patrimônio líquido total do Regime alcançou R\$ 123.719.701,04. A carteira mantém perfil predominantemente conservador, com 93,77% do patrimônio associado ao CDI, além de 3,33% em títulos privados, 1,58% em IMA-B, 0,68% em crédito privado, 0,20% em FIDC e 0,16% em FIP. Quanto aos resultados, os investimentos classificados em renda fixa apresentaram no mês retorno positivo de 1,07%, equivalente a R\$ 1.302.487,39, enquanto o conjunto de renda variável e fundos estruturados apresentou retorno negativo de 0,98%, correspondente a R\$ 28.135,62 negativos. No consolidado, a carteira apresentou rentabilidade positiva de 1,04% no mês, equivalente a R\$ 1.274.351,77. No acumulado



de janeiro a agosto de 2026, os investimentos alcançaram rentabilidade de 8,64%, frente à meta atuarial acumulada de 6,93%, correspondente ao IPCA acrescido de 5,68% ao ano, ficando a carteira 1,71 ponto percentual acima da meta no período. A evolução acumulada do patrimônio líquido atingiu 11,00%. O patrimônio líquido total passou de R\$ 122.076.608,61 em julho para R\$ 123.719.701,04 ao final de agosto, representando crescimento mensal de R\$ 1.643.092,43, ou aproximadamente 1,35%. Diante dos resultados e do cenário econômico, os membros do Comitê avaliaram como adequada a manutenção do perfil predominantemente conservador da carteira, especialmente diante da elevada participação das estratégias referenciadas ao CDI e da permanência das taxas de juros em patamares ainda elevados. Considerou-se que a estrutura atual vem permitindo ao GUARAPREV alcançar a meta atuarial com reduzida exposição ao risco consolidado, não se identificando, no momento, fundamento para aumento significativo da exposição a estratégias de maior volatilidade ou duration. Ficou mantida, portanto, a orientação de privilegiar ativos líquidos, conservadores e compatíveis com as condições institucionais do Regime, sem prejuízo da execução das medidas necessárias ao reenquadramento das posições legadas. Foi destacado, ainda, o avanço obtido com o resgate integral da posição no TARPON GT INSTITUCIONAL FIF, ocorrido em agosto, no montante de R\$ 2.638.096,81, fazendo com que a posição encerrasse o mês com saldo zero. A medida representou avanço concreto na execução do Plano de Contingência e na redução da exposição do GUARAPREV a segmentos não elegíveis para novas aplicações. Permanecem, entretanto, posições passivamente desenquadradas nos arts. 7º, V, VI, VII e IX, no art. 10, III, além de ativo classificado como não enquadrado, bem como situações específicas relacionadas à concentração de recursos de RPPS, destacando-se o LME REC IMA-B FI Renda Fixa e o AUSTRO IMA-B ATIVO FIC Renda Fixa. Nessas posições, foi reiterada a vedação de novos aportes e a necessidade de continuidade do reenquadramento de maneira técnica e gradual, mediante resgates programados quando houver liquidez e manutenção das posições sem possibilidade imediata de saída até sua liquidação ou vencimento. No gerenciamento de riscos, registrou-se que o VaR consolidado da carteira foi de 0,02%, também de 0,02% no segmento de renda fixa, enquanto o conjunto de renda variável e estruturados apresentou VaR de 0,21%. Os indicadores consolidados permanecem reduzidos em razão da elevada participação da renda fixa e das estratégias vinculadas ao CDI, sem ocorrência no período que justificasse o acionamento da política de contingência exclusivamente por risco de mercado. A liquidez agregada permanece igualmente elevada, estimando-se que aproximadamente 94,05% do patrimônio possa ser convertido em caixa em curto prazo, ressalvadas as posições ilíquidas, ativos sujeitos a carência, vencimentos ou processos de liquidação. Foi dada atenção específica às posições sujeitas a risco de crédito e recuperação, especialmente à Letra Financeira do Banco Daycoval, ao SECURITY FI Renda Fixa Referenciado DI Crédito



Privado LP e ao LME REC IPCA FIDC Multissetorial Sênior 1. No caso da Letra Financeira do Banco Daycoval, registrou-se saldo atualizado de R\$ 4.119.384,67, com vencimento em setembro de 2028 e remuneração contratada de IPCA + 6,42% ao ano, permanecendo a orientação de carregamento até o vencimento e acompanhamento periódico do risco de crédito do emissor. Quanto ao LME REC IPCA FIDC Multissetorial Sênior 1, foi reiterada a necessidade de acompanhamento reforçado da recuperação dos créditos, das garantias, das medidas de cobrança e das informações divulgadas pela administradora, tendo a posição encerrado agosto com saldo de R\$ 245.722,69. Foi também apresentado aos membros do Comitê de Investimentos o Estudo de Asset Liability Management – ALM 2026 do GUARAPREV, elaborado com base no DRAA 2026, no fluxo atuarial projetado e na carteira de investimentos do Regime. O estudo indicou que a carteira atual apresenta elevada concentração em liquidez e pós-fixados de curto prazo, ao mesmo tempo em que sugere, como referência estratégica de longo prazo, a ampliação gradual da proteção vinculada ao IPCA, com melhor aderência à duração do passivo e redução do risco de reinvestimento. A própria metodologia do ALM recomenda que eventual migração seja feita de forma gradual, por faixas e etapas, observando as condições de mercado, as taxas disponíveis, a liquidez e a volatilidade dos ativos. Os membros ponderaram que, diante da volatilidade atualmente observada nos ativos de maior duration, a estratégia predominantemente vinculada ao CDI continua apresentando resultado satisfatório para o portfólio, inclusive com elevada liquidez e baixa oscilação no curto prazo. Assim, ficou registrado que, nos próximos meses, o Comitê acompanhará as condições de mercado e avaliará a possibilidade de iniciar, de forma gradual, movimentos de aproximação à alocação sugerida pelo ALM, sem adoção automática ou imediata dos percentuais indicados. Foi ainda informado que, por ocasião da elaboração da Política de Investimentos para 2027, será apresentado novo estudo de ALM, atualizado com a nova posição da carteira, as condições de mercado e as premissas atuariais vigentes, de forma a subsidiar novamente a definição da estratégia de investimentos para o próximo exercício. Durante a reunião, o Consultor de Valores Mobiliários também informou aos membros do Comitê acerca de apontamentos que vêm sendo realizados pelos Tribunais de Contas estaduais em relação a investimentos de RPPS em fundos que apresentam taxas de administração significativamente superiores às praticadas pelo mercado. Foi relatado que o tema já vem recebendo atenção em fiscalizações, inclusive no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, e que, no Paraná, durante evento técnico realizado em Curitiba com participação de representantes dos RPPS e de auditores do Tribunal de Contas, houve orientação no sentido de que os gestores devem exercer especial diligência na análise dos custos dos fundos de investimento, evitando aplicações em produtos cuja taxa de administração seja excessivamente elevada quando comparada a alternativas equivalentes disponíveis no mercado. Segundo o



relato apresentado, foi ressaltado pelos auditores que a realização de aplicações nessas condições, sem justificativa técnica e econômica adequada, poderá ser objeto de questionamento pelos órgãos de controle, inclusive sob a perspectiva de eventual prejuízo ao patrimônio previdenciário e responsabilização dos agentes responsáveis pela decisão. Nesse contexto, o consultor informou que foi efetuada análise dos investimentos atualmente integrantes da carteira do GUARAPREV sob a perspectiva dos custos de administração dos fundos e que as taxas de administração dos investimentos mantidos atualmente encontram-se compatíveis com a média praticada pelo mercado para produtos de características semelhantes, não tendo sido identificada, no momento, situação que caracterize cobrança excessiva ou incompatível com os parâmetros usualmente observados no mercado. Assim, registrou-se que a carteira atual não apresenta situação que contrarie a orientação de cautela transmitida pelos órgãos de controle, permanecendo, contudo, recomendável que a taxa de administração, demais encargos e custos efetivos dos fundos integrem permanentemente o processo de análise prévia, credenciamento, seleção, manutenção e acompanhamento dos investimentos do GUARAPREV. Os membros tomaram ciência das informações apresentadas e deliberaram que esse aspecto deverá permanecer como um dos critérios de avaliação para futuras aplicações e para o acompanhamento periódico dos fundos existentes. Na sequência, foi apresentado aos membros o Parecer do Comitê de Investimentos referente à competência de agosto de 2026, contemplando a análise do cenário econômico, composição e desempenho da carteira, enquadramentos, riscos de mercado, crédito e liquidez, movimentações realizadas no período e acompanhamento das posições passivamente desenquadradas. O documento destacou o desempenho positivo da carteira, a rentabilidade acumulada superior à meta atuarial, a elevada liquidez agregada e a continuidade das ações relacionadas ao Plano de Contingência, especialmente diante das posições legadas e ilíquidas ainda existentes. Após os esclarecimentos, análises e debates, os membros do Comitê de Investimentos manifestaram-se favoravelmente à aprovação do Parecer Técnico referente à competência de agosto de 2026 e das movimentações realizadas no período, ficando deliberada a manutenção da estratégia predominantemente conservadora da carteira, com acompanhamento permanente do cenário econômico, da rentabilidade, dos riscos, da liquidez e dos custos dos investimentos. Deliberou-se, igualmente, pela continuidade da execução do Plano de Contingência, mantendo-se vedados novos aportes nos ativos passivamente desenquadrados e ilíquidos e promovendo-se resgates e realocações quando técnica e operacionalmente possíveis, sempre observados os princípios da segurança, liquidez, rentabilidade, solvência e preservação do patrimônio previdenciário. O Parecer deverá ser encaminhado aos órgãos colegiados competentes para apreciação, acompanhamento e controle. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião,



sendo lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes e demais participantes.

Assinaturas:

Comitê De Investimentos	CPF	Assinaturas
Emerson Cesar Machado (Gestor De Recursos)	XXX.XXX.XXX-XX	
Eurides Moro	XXX.XXX.XXX-XX	
MATHEUS ZIMMERMANN FREITAS	XXX.XXX.XXX-XX	
Pery de Oliveira (CONSULTOR)	XXX.XXX.XXX-XX	